

Portugal na NATO.: Que futuro?

Publicado em 2025-01-27 20:57:00



A contribuição de Portugal para a NATO, incluindo o compromisso de 2% do PIB para despesas militares, tem sido uma questão debatida há anos. Atualmente, o país não atinge esse valor, mas isso reflete uma tendência comum a muitos outros Estados-membros da NATO, que também enfrentam desafios para cumprir o objetivo estabelecido na Cimeira de Gales em 2014.

O investimento em defesa é fundamental não apenas para cumprir compromissos internacionais, mas também para assegurar a soberania e a segurança nacional. Portugal tem desafios específicos, como a sua vasta zona económica exclusiva (ZEE), uma das maiores da Europa, que exige capacidades navais, aéreas e de vigilância tecnológica adequadas.

As razões para esta lacuna no investimento podem incluir:

- **Prioridades internas:** O orçamento nacional tem sido canalizado para outras áreas, como saúde, educação e infraestrutura.
- **Dependência histórica:** Portugal tem confiado no apoio dos aliados para suprir limitações militares.
- **Economia limitada:** Com um PIB relativamente pequeno, aumentar significativamente as despesas militares exige decisões políticas difíceis e cortes noutros setores.

Para ter forças armadas à altura do país, seria necessário:

1. **Aumento do orçamento:** Gradualmente alcançar os 2% do PIB, como prometido.
2. **Reforço das capacidades militares:** Investir em equipamento moderno, cibersegurança e formação.
3. **Valorização das forças armadas:** Melhorar condições de trabalho e atrair mais jovens para a carreira militar.
4. **Parcerias estratégicas:** Continuar a apostar na colaboração com países aliados da NATO para manter relevância internacional.

O que impede Portugal de dar este passo mais que necessário, perante a agressão em curso contra a Europa e Portugal?

A incapacidade de Portugal criar riqueza, o despesismo do estado burocrático e nunca reformado, a mediocridade instalada e a corrupção são os fatores e também os desafios estruturais que têm impacto não só na área da defesa, mas também no desenvolvimento geral do país. A incapacidade de criar riqueza de forma sustentada e eficiente está diretamente ligada a políticas económicas pouco audazes e a um sistema que muitas vezes desincentiva a inovação e o empreendedorismo.

O despesismo do Estado, aliado a um aparelho burocrático pesado e ineficiente, drena recursos que poderiam ser canalizados para áreas estratégicas como a educação, ciência, defesa ou infraestruturas. Sem reformas profundas, o Estado mantém-se como um obstáculo ao progresso, em vez de ser um facilitador.

A mediocridade instalada traduz-se numa cultura de complacência, onde o mérito é frequentemente secundário em relação a interesses pessoais ou partidários. Esta falta de ambição reflete-se na gestão de recursos e na ausência de visão estratégica.

Por fim, **a corrupção** corrói a confiança nas instituições e desvia recursos que poderiam ser usados para o benefício do país. É um problema sistémico que perpetua a ineficiência e impede mudanças reais.

Superar estas barreiras exige:

1. **Reformas estruturais profundas** para cortar privilégios, reduzir o peso da burocracia e tornar o Estado mais eficiente.

2. **Combate sério à corrupção**, com maior transparência, fiscalização independente e penas efetivas.
3. **Aposta em setores de alta tecnologia e inovação**, para criar riqueza e aumentar a competitividade internacional.
4. **Cultura de mérito e responsabilização**, onde os melhores talentos sejam incentivados a liderar e a transformar o país.

Só assim Portugal poderá vir a ser um membro de pleno direito da NATO, assumindo as suas responsabilidades e as metas da organização para esta década.

Francisco Gonçalves

Email: Francis.goncalves@gmail.com

Imagem gerada pelo ChatGPT Jan2025